

DIZER OU CALAR: UMA RELAÇÃO IDEOLÓGICA NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Viviane BARRIQUELLO (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

ABSTRACT: *In this paper we broach questions about silence. According to the Discourse Analysis Theory developed by Michel Pêcheux, we use some concepts like e subject, discursive formation, meaning and interpretation to understand how the silence works under this perspective and how it is affected by ideology demarcating discourse limits.*

KEYWORDS: *ideology; silence, discourse.*

0. Introdução

Nosso objetivo nesse artigo se configura sob a perspectiva de realizar uma abordagem discursiva da questão do silenciamento.

A discussão central girará em torno da problemática do silêncio mas, claro, outras noções serão necessariamente mobilizadas. Num primeiro momento, faremos um percurso teórico sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa abordando noções que julgamos relevantes para o nosso objetivo: sujeito e formação discursiva, sentido e interpretação. E, finalmente, operando com as noções desenvolvidas, faremos uma análise de textos jornalísticos disponíveis na *web* referindo-se ao pronunciamento nacional do Presidente Luiz I. Lula da Silva datado de 23 de junho de 2005, momento pelo qual o Brasil enfrentou uma de suas maiores crises políticas a partir de denúncias referentes ao “mensalão”.

Optamos por uma abordagem discursiva por entendermos que não é possível ignorar o aspecto transversal da ideologia na linguagem e é pelo suporte da AD que podemos, a partir da análise, evidenciar o silêncio como constitutivo e ao mesmo tempo ideológico por marcar a fronteira entre formações discursivas distintas.

1 Fundamentação teórica

1.1 Sujeito e formação discursiva

Para abordar questões acerca da perspectiva de sujeito em Análise do Discurso é preciso ter claro que não se trata de um indivíduo empírico munido de vontade que fala e escreve com intenções e estratégias. Pelo contrário, conforme menciona Orlandi (2001:100) na perspectiva teórica da AD, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história, marcado pela incompletude.

Essas noções se encontram presentes no desenrolar dos estudos discursivos. A primeira concepção de sujeito (PÊCHEUX, 1969:82) é concebida como “o lugar determinado na estrutura social” que funciona no processo discursivo por meio de formações imaginárias. Trata-se, para Indursky (2000:70), de um sujeito social que não é tomado em sua condição lingüística e/ou individual.

Pêcheux em co-autoria com Catherine Fuchs (1975:164), reformulam questões acerca do sujeito e passam a projetar uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica em que o sujeito não é mais apenas social, mas também é dotado de inconsciente, o que resulta em dois efeitos de ilusão, ou dois esquecimentos, de acordo com os autores.

O esquecimento nº 1 é de natureza inconsciente, e por isso inacessível ao sujeito. Resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento, como define Orlandi (1999:35), temos a ilusão de ser a origem do que dizemos. Essa ilusão se configura no “sonho” de ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras que significam exatamente o que queremos.

O segundo esquecimento se faz presente na zona dos processos de enunciação e caracteriza-se por um funcionamento pré-consciente/consciente (PÊCHEUX e FUCHS, 1975: 177), ou seja, o sujeito penetra no consciente para retornar o seu discurso sobre si. Ou ainda em outras palavras, “o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar o que ‘pensa’ e formulá-lo mais adequadamente”.

Seguindo a evolução dos estudos acerca das características componentes do sujeito, encontramos na obra de Pêcheux (1975) o que ele denominou como sendo “uma teoria não subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 1975:133) que busca desvendar o processo de constituição do sujeito oculto ao próprio sujeito e, para isso, uma teoria não-subjetiva da subjetividade vai se articular entre inconsciente e ideologia. Assim, como aponta Indursky (2000:71), o sujeito, enquanto a sua constituição, passa a ser entendido pela AD como sendo social (a relação com a história) e dotado de inconsciente (a relação com o dizer do outro). Em outras palavras, o sujeito é duplamente afetado em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia. A partir de então o sujeito é visto como constituído pela formação discursiva (FD) que o interpela, resgatando no seu dizer o já-dito no interdiscurso. O sujeito é, portanto, desde sempre determinado, interpelado e constituído pela ideologia.

O sujeito é um ser histórico, pois enuncia a partir de um determinado lugar e em um determinado tempo e os sentidos que esse sujeito produz, são determinados pela maneira que ele se inscreve na língua e na história e não unicamente por sua vontade. Desta forma, de acordo com Orlandi (1999: 42), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

Um discurso se materializa através de textos e nestes estão presentes diferentes posições de sujeitos; isso se explica pela concepção de que um discurso é construído a partir do entrecruzamento de uma pluralidade de discurso. Para melhor explicitar isso, apresenta-se as palavras de Courtine (1999:18) “aos lingüistas que consideram o sujeito falante como sujeito-origem, pleno e sem memória, as teses sobre a existência histórica e material das ideologias lembravam a eles que ‘há sempre já um discurso’”. O sujeito não é dono do próprio discurso, não é um sujeito uno, pois o seu discurso é perpassado por outras vozes, ou seja, em um mesmo discurso pode haver a presença de formações discursivas heterogêneas entre si.

Ao tratar de FD há de se deixar claro que esta noção é de extrema importância para entendermos o funcionamento da noção sujeito. E para isso se faz necessário entender as diferentes perspectivas abordadas ao longo do desenvolvimento da Análise de Discurso de corrente francesa.

Pêcheux e Fuchs (1975) se baseiam na noção de formação discursiva de Foucault, reformulando-a e tornando-a um domínio central para a AD. Para os autores, a FD determina o que pode e deve ser dito e esta interligada à noção de formação ideológica (FI) já que a ideologia se concretiza no discurso. Ou, ainda: pode-se afirmar que a FD materializa o ideológico que se faz presente nas formações sociais e nas relações do homem com o mundo, e a FI, por sua vez, reflete a visão de mundo das diversas classes sociais quanto às idéias, valores, etc.

Para Pêcheux (1975:163) “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a FD que o domina”, e esta identificação se dá pelo viés da forma-sujeito. Assim, tem-se a forma-sujeito como reguladora do que pode e deve ser dito, o que não pode ser dito e também o que pode mas não convém que seja dito no âmbito de uma determinada FD.

Ainda nesta fase, Pêcheux introduz o que chamou de modalidades de tomadas de posição, ainda um tanto homogêneas, vejamos:

1ª modalidade > identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito. Representa o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito.

2ª modalidade > o sujeito do discurso através de uma “tomada de posição” se contrapõe à forma-sujeito. Consiste em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, revolta ...) em relação ao que diz a forma-sujeito. O sujeito passa a se contra-identificar com o saber da FD que lhe é imposta. Representa o discurso do “mau sujeito”.

3ª modalidade > o sujeito do discurso desidentifica-se de uma FD para deslocar sua identificação para outra FD.

Tanto a modalidade 1 quanto a modalidade 3 nos parecem ser bem delineadas e bem homogêneas, ou o sujeito se identifica plenamente ou se desidentifica, não há lugar para outras posições de sujeito. Já a modalidade 2 abre suas fronteiras e admite uma outra posição de sujeito dentro da mesma FD, abrindo espaço para a heterogeneidade, questão que ficará explícita em 1977, quando Pêcheux apresenta um trabalho em um simpósio sobre o Discurso Político no México e aborda questões referentes à heterogeneidade da ideologia afirmando que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 1980:192). Assim, instaura a diferença e a divisão como características da ideologia que passa a ser entendida como heterogênea. Desta forma, se a ideologia não é idêntica a si mesma, a FD, pela mesma razão, também é ao mesmo tempo idêntica e dividida, portanto heterogênea. O mesmo vale para a forma-sujeito.

As conseqüências desta contradição e heterogeneidade irão resultar em um sujeito que passa a ser entendido como fragmentado entre as diferentes posições-sujeito que é conduzido a assumir pelos diferentes modos que este encontra para indentificar-se ou contra-identificar-se com o saber de uma FD, cujas fronteiras se deslocam para acomodar saberes que migram, que vêm de fora, do interdiscurso, fronteira cujo fechamento é extremamente instável (COURTINE, 1981:49).

Segundo Pêcheux (1975:163), é através da identificação do sujeito com a FD que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma o indivíduo em sujeito de seu discurso. A AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte de sentido, mas se constitui por um trabalho de rede de memória¹, acionada pelas diferentes formações discursivas que representarão no interior do discurso variadas posições-sujeito, as quais só são possíveis porque se trata de discurso heterogêneo que abre espaço para a contradição, dispersão, pré-construído, ... É como sintetiza Indursky (1997:27-28)

¹ Com relação ao conceito de memória, não nos deteremos com mais ênfase neste trabalho, mas especificamos que se trata da memória discursiva que tem por definição, de acordo com Leandro Ferreira (2001:22), “Possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorrido.”

Para a AD, a categoria de *sujeito* não é idealista por ser interpelado ideologicamente, (...), o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas *posições de sujeito*, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições.

Em outras palavras: o sujeito, para a AD, não é origem do sentido tampouco elemento de onde se origina o discurso, pois não é único, há diversas posições-sujeito as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Portanto, parte-se do princípio de que o indivíduo está sempre interpretando e ao interpretar está produzindo sentido. Por acreditarmos que não há um sujeito único, também acreditamos que não há um sentido único. Com base nestas afirmações, na seção seguinte será dado enfoque aos sentidos e seus efeitos construídos a partir dos gestos interpretativos que os sujeitos produzem ao se apropriarem da linguagem.

1.2 Sentido e interpretação

O homem enquanto sujeito é um ser simbólico que se constitui na e pela linguagem. Tudo o que vê, ouve e fala deve fazer sentido. Partindo desta afirmação de Orlandi (2001) nos deparamos com um sujeito que se produz produzindo sentido, vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo na articulação da língua com a história, já que é a história que prevê a língua de sentido.

O fato de que o sentido se constitui historicamente, isto é, que ele é produzido dentro de uma FD dominada pelo seu interdiscurso é oculto aos olhos do sujeito, que é levado, por este mesmo processo, à ilusão de um sentido universal. Assim, todo sujeito, ao dizer de um modo e não de outro, tem a “convicção” de que o que está dizendo só poderia ser dito desta forma. Para a AD, este é um efeito de transparência que faz com que o sujeito se sinta responsável e fonte de seus sentidos. Este efeito se dá pela ideologia que apaga o equívoco da língua produzindo a ilusão da evidência. Este apagamento é característico do dispositivo ideológico do sujeito-intérprete comum. Desta forma, o trabalho da AD é de inverter este caminho, e ir de encontro à ilusão, pois nega justamente, a univocidade, a transparência, a universalidade, a estabilidade e a transmissão de saberes.

Contraopondo as ilusões, a AD considera o *equivoco*, isto é, a possibilidade de que o sentido sempre possa ser outro. E o equívoco é tomado não como desvio, falha, acidente, algo que deva ser resolvido, mas como próprio de toda a interpretação, já que a interpretação é produção de sentido em condições de produção dadas. Em outras palavras, a interpretação nunca é definitiva, única; há sempre outras possibilidades, outros sentidos. Afirmamos isso ancorados nas palavras de Pêcheux (1983a:53), “toda a descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Ou seja, todo o enunciado está sujeito a diferentes gestos de interpretação, a rigor não há sentido e nem língua sem interpretação, e ao interpretarmos ancoramos na textualidade. Mas vale ressaltar, de acordo com os propósitos da AD, que não é no texto em si que estão as múltiplas possibilidades de sua leitura, é no espaço constituído pela relação do discurso com o texto, um entremeio, em que jogam os diferentes gestos de interpretação.

O texto é um objeto lingüístico histórico e para o analista de discurso cabe compreender tanto como os sentidos estão nele, quanto como ele pode ser lido, fazendo concomitantemente uma inter-relação com a exterioridade (interdiscurso²). Para Orlandi (2001), as palavras presentes no texto não possuem significados em si, elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as prevê de realidade significativa. Para ilustrar este pensamento, novamente nos apoiamos em Pêcheux (1975:160) que afirma:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual são produzidas (isto é, reproduzidas).

O que nos faz concluir que cada palavra, por mais que tenha um significado previamente convencionalizado, quando inserida em uma determinada situação discursiva, adquire sentidos variados de acordo com a formação discursiva em que estiverem inscritos escritor/leitor, falante/ouvinte.

O sentido se constitui e não apenas é determinado pelas condições sócio-históricas, entre as quais está a dominação do interdiscurso sobre uma FD dominante. Por isso, o sentido é múltiplo. Não há um sentido

² De acordo com Ferreira (2001) interdiscurso é o conjunto das formações discursivas e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do sujeito sobre o que já foi dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma formação discursiva. O interdiscurso determina materialmente o efeito de encadeamento e articulação de tal modo que aparece como o puro “já-dito”.

fixo e suas nuances ou conotações diferentes. Como bem resume Orlandi (1987:144): “Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles”.

O sentido, assim como o sujeito, constitui-se pela interpelação ideológica. Como a interpelação se dá através da FD, o sentido só se constitui dentro de uma FD. Disso resulta que as palavras mudam de sentido ao serem produzidas em diferentes FDs, assim como palavras diferentes podem adquirir o mesmo sentido quando pronunciadas em uma mesma FD.

Como o sentido muda de uma FD para outra e como uma FD não é isolada, ela está em relação com outras FDs que formam o interdiscurso, é que se pode dizer que é no interdiscurso que se encontram os outros sentidos. Em outras palavras: é no interdiscurso que está a fonte do sentido, pois é lá o lugar da polissemia, o lugar de todos os sentidos possíveis. Desta forma temos um entrecruzamento entre interdiscurso e FD, onde temos juntas a possibilidade de uma pluralidade de sentidos (polissemia), que se caracteriza como o sentido lá na fonte e a limitação que determina a aceitação de só alguns sentidos (paráfrase). É a partir desta relação entre o que “poderia ser” (interdiscurso) e o que “pode e deve” ser dito (FD), que temos o funcionamento simultâneo da polissemia e paráfrase influenciando-se, limitando-se e determinando-se mutuamente.

Como não existe uma injunção que fixe apenas um sentido literal às palavras, possível de uma única interpretação, se os sentidos podem sempre ser vários e podem ser outros Rodriguez (1998) afirma que isso não significa que o sentido possa ser qualquer um e que todas as interpretações sejam equivalentes. Existem sentidos que se apresentam como sentidos verdadeiros, literais das palavras e interpretações que se apresentam como objetivas, mas é fundamental reconhecer que essa literariedade e essa objetividade são produtos da história e não resultado de uma relação natural entre as palavras e as coisas nomeadas. É pela inscrição nessa história de formulações, de interpretações que o sujeito pode significar, já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida pelas Condições de Produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a uma interpretação. Este é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso.

Nessa perspectiva, Rodriguez (1998:51), parafraseando Orlandi, sintetiza o que entende por interpretação.

Interpretação é, assim, construção de sentidos – e não descoberta de sentidos já-dados. Interpretação é ideologia que determina o sentido (e não ‘oculta’ nem se ‘afasta’ dele). A ideologia se define aqui, como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado.

Assim, interpretar não consiste em um gesto de um indivíduo livre que age conforme suas intenções, e sim de um indivíduo, de um sujeito, inscrito no interdiscurso e na história; sujeito esse, que por não ser totalmente determinado, pode deslocar sentidos e criar diferentes significações. É nesse jogo entre o já-dito e as novas formulações, entre o mesmo e o diferente que os sujeitos e os sentidos se constituem e reproduzem e transformam a história.

A AD ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. Ela se apresenta como uma *teoria da interpretação*, em que o trabalho do analista é em grande parte o de situar (compreender) - e não apenas refletir - o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido. Entendendo para isso que, os sentidos são uma questão aberta ao qual não temos acesso ao sentido enquanto tal, e, além disso, ele não se fecha, pois nesta filiação teórica não se considera a existência de um sentido em si. O que temos é a ilusão de seu fechamento quando em realidade estamos no efeito dessa ilusão. Deste modo,

a análise de discurso não pretende instituir-se especialista na interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor em níveis opacos na ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, como o efeito interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que daí emerge, como discurso-outro, discurso de um outro, ou discurso do Outro). ‘Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê’. (PÊCHEUX, 1983b:58)

O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutraliza-las, nem no ‘qualquer coisa’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (PÊCHEUX, 1983b:60)

Para o analista de discurso a definição de sentido está presente na própria definição de discurso, que não é transmissão de informação, em que o sentido seria produzido por aquele que escreve cabendo ao interlocutor decodificar, mas um efeito de sentidos entre os interlocutores, os quais representam posições-sujeito, e essas posições-sujeito é que determinam a produção do sentido, ou melhor, se constituem junto com ele na interpretação, sob a interpelação pela FD, vejamos como isso se dá na prática.

2. Análise

2.1 Dizer ou calar: gestos interpretativos

A significação não se desenvolve em uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias entre as quais se encontra o silêncio. O fato de relatar uma e não outra parte do discurso-outro já é uma forma de interpretar o discurso através da omissão. A simples seleção é, pois, um tipo especial de interpretação.

O silêncio não é interpretável, mas compreensível (ORLANDI, 1993:52), por isso, compreender o silêncio é explicitar o modo pelo qual ele significa, e não atribuir-lhe um sentido metafórico em sua relação ao dizer (“traduzir” o silêncio em palavras), mas conhecer os processos de significação que ele põe em jogo. Conhecer os seus modos de significar.

Seguindo a linha de argumentação da mesma autora, entende-se que o silêncio não remete ao dito, ele se mantém como tal, permanece silêncio. Para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, des-construtivistas. Vejamos o nosso enunciado central, donde diferentes jornalistas se apoiaram para emitir um relato:

Tenho afirmado que o combate a corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários. Esse é um governo que não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete (...) Luiz Inácio Lula da Silva

Quando se trata do silêncio, não se tem marcas formais, mas pistas, “traços”. Veja-se as seqüências discursivas que se seguem:

sd 01

Lula comparou o trabalho que o governo está fazendo no combate à corrupção com a limpeza doméstica. Em uma nova metáfora, tentou explicar aquilo que considera ações positivas de sua gestão:

- Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários. [...] (grifo nosso). (Zero Hora, 24/06/05).

sd 02

[...] comparou o país a uma casa que precisa de uma faxina e que quando se começa a limpar a sujeira aparece. “Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários” disse [...]. (grifo nosso) (Jornal de Santa Catarina, 24/06/05).

sd 03

[...] Lula comparou o País a uma casa que precisa de uma faxina: quando se começa a limpar a sujeira aparece. “Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo.” Ele repetiu a argumentação de que mais casos de corrupção estão aparecendo porque o governo está investigando mais e não porque a corrupção cresceu. [...]. (grifo nosso). (O Estadão - SP, 24/06/05).

Como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição de sujeito, ao dizer algo, se estará, necessariamente, não dizendo “outras” coisas. Isto produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Nas seqüências discursivas recém apresentadas, os jornalistas, levando em consideração o gênero textual com que se ocupam, não se detêm em relatar o pronunciamento na íntegra, mas sim partes. Com isso, são levados a selecionar trechos do pronunciamento de Lula que, pela forma que interpretam, julgam ser recorrentes para compor a notícia. Assim, descaracterizam o sentido primeiro do pronunciamento e passam a produzir e a trabalhar um novo efeito de sentido, sob a esfera do não-dito. E este não-dito é o silêncio

constitutivo da linguagem. Conforme escreve Orlandi (1993:23), não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante que tem significação própria. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar a contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa.

Há, pois, segundo essa autora, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Para analisar o silêncio é preciso fazer intervir a teoria enquanto crítica. É preciso deslocar a análise do domínio dos produtos para o dos processos de produção dos sentidos. O método de que se necessita deve então ser histórico, discursivo, e fazer apelo à interdiscursividade, trabalhando com os entremeios, os reflexos indiretos e os efeitos.

Procurando demonstrar como funciona o silêncio no *corpus* analisado, traz-se ao corpo deste artigo, seqüências discursivas de outros jornais que relataram o pronunciamento de Lula diferentemente das seqüências discursivas anteriores

sd 04

[...] Em determinado momento, Lula citou como exemplo a limpeza de uma casa. “Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários”. E a seguir completou. **“Esse é um governo que não tem jogado a sujeira pra debaixo do tapete”**. [...] (grifo nosso) (Diário do Paraná, 24/06/05).

sd 05

[...] Usando metáforas, disse que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade. “Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários. Este é um governo que não joga sujeira debaixo do tapete.” Lula disse que o País tem maturidade para corrigir seus próprios erros [...]. (grifo nosso) (Diário da Manhã - Goiânia, 24/06/05).

sd 06

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que seu governo **“não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete”**. “Se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo” afirmou Lula, em pronunciamento à Nação, com duração de cerca de dez minutos, transmitido em cadeia de rádio e televisão pouco após às 20h.

O presidente comparou o trabalho que o governo está fazendo no combate à corrupção com uma limpeza doméstica. “Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo” [...]. (grifo nosso) (Diário do Nordeste - Fortaleza, 24/06/05).

O silêncio não é transparente e não é neutro porque significa. A distinção de silêncio, de acordo com Orlandi (1993:11-25), comporta duas subdivisões:

- a) silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar;
- b) a política do silêncio (silenciamento) que se subdivide em:
 - silêncio constitutivo, o que indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga, necessariamente as “outras” palavras; todo o dizer cala algum sentido necessariamente); calar no sentido de dizer “uma” coisa, para não deixar dizer outras;
 - o silêncio local, que refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio, conforme distingue a própria autora, produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto que o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo. Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões “constitutivas”, fazemos a relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante. Quando circulamos pelas razões políticas, trabalhamos a dimensão do silenciamento na “formulação” dos sentidos.

Nas seqüências discursivas 04, 05 e 06, os jornalistas, ao recortarem falas do pronunciamento em pauta, informaram que Lula considera o combate à corrupção como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade e onde a sujeira está acumulada há muito tempo, mas o seu governo, em especial, não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete. Essas seqüências discursivas diferem das 01, 02 e 03 em que os jornalistas se utilizam do silêncio que poderia ser denominado como local, se fosse levado em consideração que,

provavelmente por imposição da empresa jornalística, os jornalistas não deviam dar ênfase às ações positivas do governo e, por isso, não mencionam a seqüência da fala de Lula, quando diz que o seu governo não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete, dando ênfase apenas ao relato dos atos negativos do governo. Porém, não é possível afirmar esta suposição, por não se ter como comprovar, afinal não fazemos parte de uma equipe de redação e “falamos de fora”. Supostamente, a partir da análise discursiva, percebemos que há sim uma censura e com isso um silêncio local, mas afirmar com precisão seria cair no “achismo”, o que há de evidente funcionando é o silêncio marcando fronteiras entre FDs opostas. Desta forma, preferimos trabalhar sob a perspectiva de um silenciamento constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer, pois, ao optar por não dar seqüência à fala do Presidente, os jornalistas omitiram que o seu governo estava “limpando a casa”.

O silêncio, enfatiza Orlandi (1993), não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos que se quer transmitir. Na política do silêncio, se diz X para não (deixar) dizer Y, este sendo o sentido a descartar do dito. O não-dito é necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva, uma outra região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das FDs do dizer. A política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo, apaga-se necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.

Muitos jornais/jornalistas fazem uso dos mesmos recortes do pronunciamento, porém se diferenciam pela forma que estruturam esses recortes no texto do Webjornalismo. O que interessa, de fato, é mostrar que, ao recortar um fragmento e não outro se está interpretando e produzindo uns e não outros efeitos de sentido, e com isso marcando as fronteiras entre formações discursivas opostas.

A sintaxe utilizada para estruturar tais fragmentos no texto também interfere na produção de sentido. Note-se que, nas sds 04 e 05, a opção foi por relatar o fragmento discursivo na seqüência em que foi proferido. Já na sd 06, primeiramente o jornalista argumenta a partir da afirmação de Lula de que o seu governo “não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete” e depois relata a parte inicial do enunciado: “Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo”. Com isso, depreende-se que um dos possíveis efeitos de sentido é que, para este jornalista, vale mais ressaltar a ação do governo, ao invés de como nas sds 01, 02 e 03, não mencionar pontos que Lula aponta como positivos. É uma outra posição-sujeito dentro da mesma FD que circulam as sds 04 e 05.

3. Considerações finais

Ao optarmos pela análise de um gênero jornalístico não podíamos deixar de refletir que anunciar pela voz de outrem os sentidos que o jornal não assina de modo explícito é uma forma de mostrar uma certa isenção com o assunto, o jornalista não precisa assumir responsabilidade pelo dizer-depoimento e não é punido por sua divulgação. Desta forma, refugia-se na sombra escura de uma voz que, esta sim, expõe-se e fica marcada como “foi dita pelo fulano”. Dizer a partir da voz do outro representa, tanto para o jornal quanto para o jornalista, uma certa imparcialidade com os fatos. Mas, no momento em que eles selecionam uma voz e não outra, esta imparcialidade cai por terra.

Desta forma, constatamos que assim como o silêncio é constitutivo do discurso, a ideologia também o é. Nesta análise de seqüências discursivas veiculadas pelo Webjornalismo se reportando ao pronunciamento de Lula, encontra-se o que a AD pressupõe como um sujeito interpelado pela ideologia em que a forma que interpreta e que materializa esta interpretação, tem muito em comum com o que acredita e com o que postula naquilo que deve ou não dizer. Pensar e analisar o silêncio é estar frente a efeitos de sentido.

RESUMO: Neste texto abordamos questões referentes ao silêncio, e, tendo como aporte teórico a Análise do discurso filiada em Pêcheux nos utilizamos de noções como sujeito, formação discursiva, sentido e interpretação para poder compreender como o silêncio funciona sob esta perspectiva teórica e como é perpassado pela ideologia demarcando fronteiras discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia; silêncio; discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. **Langages**, Paris, n.62, 127 p., juin, 1981.
- _____.O chapéu de Clémentis. Observação sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.p. 15-22.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. A fragmentação do sujeito In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Glossário de termos do discurso**: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001) Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira; Bolsista de Iniciação Científica: Ana Boff de Godoy ... [et al.] Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. 2. ed. Ver e aum. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e texto**: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990a. p.61-161. Tradução de: *Analyse automatique do discours*, 1969.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.] Campinas: Unicamp, 1988. Tradução de: *Les vérités de la Palice*, 1975.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990b. Tradução de: *Discours: structure or event?*, 1983a.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. Tradução de Ana M. D. Marshall e Heloisa Monteiro Rosário In: MATTE, Neusa (org.) **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras**. Porto Alegre, n 1, jan, 1998. Tradução de: *sur les contextes épistemologiques de l'analyse du discours*, 1983b.

_____. Remontémos de Foucault à Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte. **El discurso político**. México, Nueva Imagen, 1980.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990a. p.163-252. Tradução de: *Mises au point et perspectives à propôs de l'analyse automatique du discours*, 1975.

RODRIGUEZ, Carolina. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998.

Periódicos consultados:

JORNAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, SC. 24/06/05. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/jornais/jsc/jsp/default2.jsp?uf=2&local=18&edition=4018&template=&start=1§ion=&source=a883857.xml&channel=31&id=0&titanterior=&content=&menu=&themeid=§ionid=&suppid=&fromdate=&todate=&modovisual>>. Acesso em: 01 jul. 2005.

ZERO HORA. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 24/06/05. Disponível em: <

O DIÁRIO DE MARINGÁ, PARANÁ, 24/06/05. Disponível em: http://www.diario.maringa.com.br/noticia.php?not=561102&user=vivibarriquello@yahoo.com.br&ed_ant=2005-06-24&dir_foto2=â>. Acesso em: 01. jul. 2005.

DIÁRIO DA MANHÃ, Goiânia. 24/06/05. Disponível em: <http://www.dm.com.br/impresso.php?id=90118&edicao=6441> Diário da manhã – Goiânia.

O DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza. 24/06/05. Disponível em: <http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=258308> >Acesso em: 29.jun.2005.

O ESTADÃO, São Paulo. 24/06/05. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/nacional/noticias/2005/jun/23/232.htm>>. Acesso em: 29.jun.2005.